

Política social de moradia depende do FGTS

O programa federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV) já proporcionou moradia digna para mais de 6 milhões de famílias de menor renda e seus efeitos se fazem sentir em diversos aspectos da cena nacional.

A democratização do acesso à casa própria representa inclusão social. A produção formal de residências contribui para a organização urbana e para a melhoria da infraestrutura. O estímulo à construção imobiliária impacta a geração de empregos e movimentação da economia.

Segundo o ministro das Cidades, Jader Filho, a meta de contratar 2 milhões de novas unidades no atual governo deve ser ultrapassada. Dois fatores justificam esses resultados: subsídios da União e, especialmente, recursos do FGTS, cuja destinação para habitação

tem de ser preservada.

Neste aspecto, o ministro considera positiva a possível extinção do saque-aniversário do FGTS, no que é apoiado pelo Secovi-SP e outras entidades do setor. É medida importante, uma vez que essa modalidade de saque coloca em risco a saúde financeira do Fundo, pois permite retirar para consumo rápido recursos que são pecúlio dos cotistas e que, investidos em habitação e infraestrutura, beneficiam a população.

Atualmente, 50% das unidades lançadas e vendidas na cidade de São Paulo estão enquadradas no MCMV. E isso ocorre em vários pontos do Estado e do País, o que autoriza afirmar que se trata da maior política social dos últimos tempos e que, com apoio do FGTS, tem tudo para continuar sendo.

Censo aponta aumento no número de favelas e comunidades urbanas

O Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou os resultados referentes às Favelas e Comunidades Urbanas. Os dados são extremamente preocupantes: o Brasil possui um total de 12,4 mil favelas distribuídas por 656 municípios. São 16,4 milhões de pessoas, ou 8,1% da população, número superior aos 6% calculados em 2010 (11,4 milhões de cidadãos) e às 6,3 mil favelas então contabilizadas.

Embora a maior delas seja a da Rocinha, no Rio de Janeiro, a que mais cresceu, desde 2010, foi Paraisópolis, em São Paulo, que passou de 42,8 mil para 58 mil habitantes.

Tal cenário indica que é preciso trabalhar muito para que o direito constitucional à moradia digna seja alcançado. Programas de

urbanização de favelas, regularização fundiária e políticas habitacionais – com destaque ao Minha Casa, Minha Vida – são essenciais, mas certamente os índices de favelização são também influenciados pelo ônus excessivo do aluguel residencial.

O combate ao déficit habitacional de 7 milhões de unidades exige a contínua oferta de lotes urbanizados, moradias para aquisição e para locação residencial – cuja produção de imóveis destinados a essa finalidade está avançando. Daí a preocupação com a proposta da reforma tributária em discussão, a qual, sem os ajustes recomendados pelo Secovi-SP e demais entidades do setor imobiliário, encarecerá a habitação com aumentos de impostos, impedindo que milhões de brasileiros tenham acesso a um lar adequado.

O Secovi-SP e suas regionais no Interior, incluindo São José do Rio Preto, entram em recesso a partir de 23/12/2024 e retomam as atividades em 6/1/2025.

Desejamos boas festas e renovamos nossos votos de um Ano Novo repleto de sucesso.